

A PERCEÇÃO DOS SURDOS NO TELEJORNALISMO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.215112624021>

Luana Martini Corrêa

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas.

Michele Negrini

Doutora em Comunicação. Professora da Universidade Federal de Pelotas.

RESUMO: O objetivo deste estudo é refletir sobre a compreensão do público surdo em relação às informações que são disponibilizadas por programas de telejornalismo, bem como sobre sua percepção em relação aos recursos de inclusão presentes na produção e transmissão do conteúdo noticioso. Além disso, também analisamos como o público surdo visualiza a construção da linguagem em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para operacionalização da pesquisa, foram realizadas entrevistas com cinco pessoas surdas que, no seu cotidiano, tinham acesso a notícias televisivas. Nesse contexto, os participantes da pesquisa foram questionados sobre a experiência na obtenção das notícias nos telejornais, além dos pontos positivos e negativos dessa experiência. Como suporte para as entrevistas, utilizaram-se recursos de acessibilidade da extinta TV Ines durante a realização das entrevistas. A partir do presente estudo, constatamos que as produções televisivas precisam ser cada vez mais acessíveis. Nesse sentido, é fundamental garantir que um número maior de pessoas tenha acesso às informações relevantes, contribuindo, assim, para que o telejornalismo cumpra o seu papel social e vise a construção da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão; Língua Brasileira de Sinais; jornalismo televisivo.

THE PERCEPTION OF DEAF PEOPLE IN TELEVISION JOURNALISM: THE PROCESS OF PRODUCING AND ADAPTING INFORMATION

ABSTRACT: The aim of this study is to reflect on the understanding of deaf audiences regarding the information made available by television news programs, as well as on their perceptions of the inclusion resources present in the production and transmission of news content. In addition, we analyze how deaf audiences perceive the construction of language in Brazilian Sign Language (Libras). To operationalize the research, interviews were conducted with five deaf individuals who had daily access to television news. In this context, participants were asked about their experiences in obtaining news from television newscasts, as well as the positive and negative aspects of this experience. As support for the interviews, accessibility resources from the now-defunct TV Ines were used during the interviews. Based on the findings of this study, we conclude that television productions need to become increasingly accessible. In this regard, it is essential to ensure that a greater number of people have access to relevant information, thereby enabling television journalism to fulfill its social role and contribute to the construction of citizenship.

KEYWORDS: inclusion; Língua Brasileira de Sinais; television journalism.

INTRODUÇÃO

A mídia desempenha um papel significativo na vida dos indivíduos, uma vez que atua como um agente que interfere, direta ou indiretamente, na construção da sociedade. Conforme destacado por Yéssica Silva, esse campo exerce intensamente “um papel social, cultural e político na formação dos sujeitos e de suas subjetividades, participando ativamente desse processo ao produzir e reproduzir significados e saberes” (SILVA, 2018, p. 12). Dessa forma, evidencia-se a responsabilidade dos veículos de comunicação não apenas no que diz respeito à produção das informações, mas também na maneira como elas são transmitidas ao público.

O processo de difusão do material jornalístico e telejornalístico envolve pensar em como todos os membros da sociedade poderão ter acesso ao conteúdo produzido. Nesse sentido, a pessoa com deficiência, em especial, o público surdo¹, encontra muitas barreiras, pois muitos programas de telejornalismo não disponibilizam a tradução integral das informações para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nesse cenário, o termo telejornalismo, utilizado nesta produção, se refere ao “jornalismo produzido para as telas de visão, de diferentes suportes para diversas plataformas”. (EMERIM, 2020, p. 113).

1. Neste estudo, quando se fala em surdos, refere-se à pessoa “que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005, s/p).

Laquale (2016) descreve a acessibilidade como “instrumento necessário para a eliminação das barreiras sociais, as quais impedem o pleno exercício de direitos por parte das pessoas com deficiência” (LAQUALE, 2016, p.3). Por essa razão “é através da acessibilidade que tal grupo de indivíduos se insere na sociedade em suas diversas áreas, como educação, trabalho, lazer etc”, excedendo, assim, tais obstáculos sociais (LAQUALE, 2016, p.3). Sendo assim, os conceitos de inclusão e acessibilidade dizem respeito à garantia de que pessoas com deficiência possam usufruir plenamente dos diversos espaços físicos e sociais, públicos ou privados, presentes na sociedade. Nesse sentido, promover a participação desse público implica, entre outros aspectos, assegurar o acesso à aquisição da informação, o que envolve produzir e difundir conteúdos jornalísticos de maneira equitativa.

Em meio ao cenário que destaca a acessibilidade e inclusão, é relevante entender o papel que a televisão ocupa. Assim, seu alcance e abrangência a tornam um dos principais meios de comunicação². Além disso, no que se refere à repercussão social, “é inegável observar o impacto que essa mídia causa na sociedade, sustentando uma importante relação com diversos contextos socioculturais e a diversidades” (SILVA, 2018, p. 38). Nesse contexto, em associação a essa ideia, Rubira e Negrini (2020) evidenciam como a televisão, tão prevalecente e influente, desempenha um papel muito importante. Isso porque, além de atingir uma diversidade de públicos, lista uma série de assuntos que devem, por direito, alcançar ou atingir toda a população, até mesmo, incluindo as pessoas surdas.

Desta forma, este estudo busca expandir o conhecimento sobre a compreensão por parte do público surdo em relação às informações que são disponibilizadas por programas de telejornalismo, bem como averiguar a percepção deste público em relação a recursos de acessibilidade presentes em tais produções. Para isso, são realizadas entrevistas com um grupo de pessoas surdas. O material utilizado nas entrevistas foi retirado do portal G1 e de conteúdos da extinta TV INES, webTV em Língua Brasileira de Sinais (Libras) vinculada ao Ministério da Educação, criada em 2013 em parceria com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), no Rio de Janeiro. Esses dados foram organizados com o objetivo de analisar a percepção do público surdo sobre a configuração de Libras na referida webTV.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Inicia-se esta seção com a definição de inclusão, mencionando o que foi dito por Aranha: “A ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e

2. De acordo com dados do IBGE, de todos os domicílios pesquisados em 2019, em 96,3% havia um aparelho de televisão. No ano anterior, o percentual era de 96,4%. Embora tenha sofrido uma pequena retração, a televisão se faz presente no cotidiano da maioria dos brasileiros. (Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>)

aceita a diversidade, na vida em sociedade” (ARANHA, 2000, p.2, apud GOMES; FICAGNA, 2017, p.2). Tal concepção indica que há uma variedade de lugares que um determinado indivíduo pode ocupar em meio à sociedade, sobretudo, o lugar ocupado pela pessoa com deficiência. Sendo assim, incluir significa entender que essa multiplicidade existe e aceitá-la. Arelado a isso, o conceito de acessibilidade definido no inciso I do artigo 3º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, que atualiza a redação da Lei nº 10.098/2000), corresponde à:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, Art. 3º).

Os conceitos mencionados relacionam-se, neste contexto, com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), uma vez que esta garante o direito fundamental ao acesso à informação (BRASIL, 2011, art. 3º). Para que as pessoas com deficiência, incluindo a comunidade surda, tenham acesso pleno aos conteúdos noticiosos disponibilizados pelos programas de telejornalismo, é imprescindível que os veículos de comunicação apliquem as leis e os decretos vigentes voltados à acessibilidade e à inclusão.

Ao abordar as ferramentas de acessibilidade disponíveis para o público com algum tipo de deficiência, destacam-se recursos como o *closed caption* (legenda oculta), a janela de Libras, a dublagem e a audiodescrição de imagens. O *closed caption* trata-se de uma “legenda oculta em texto que aparece opcionalmente na tela do televisor, a partir do acionamento do dispositivo decodificador, interno ou periférico”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 6). A janela de Libras é “um espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 7).

Já a dublagem envolve a tradução de qualquer programa “originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em português, sincronizadas (no tempo, entonação, movimento dos lábios das personagens em cena etc.)”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 7). E, por fim, a audiodescrição inclui “narração descritiva em voz de sons e elementos visuais-chave – movimentos, vestuário, gestos, expressões faciais, mudanças de cena” etc. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 6).

Mas antes de haver ferramentas acessíveis para a aquisição da informação, é necessário que as pessoas surdas, público alvo deste estudo, tenham acesso à formação educacional, a fim de se encontrarem aptas para adquirir as informações

disponibilizadas por meio dos instrumentos de acessibilidade, conforme afirma Santos, Carli; Canos (2011):

Para que haja acessibilidade a qualquer tipo de informação, é muito importante que seja respeitado, primeiramente, o direito de cada indivíduo de ter uma formação educacional. Ou seja, uma das preocupações mais importantes deve se concentrar no acesso à educação como prioridade frente a qualquer tipo de informação. (SANTOS; CARLI; CANOS, 2011, p. 3)

A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, já citada, no Art. nº 27, declara que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida”, possibilitando à pessoa com deficiência “o desenvolvimento de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015, Art. 27).

Além da acessibilidade no processo de educação, também é necessário entender o que significa ter acesso à informação mediante o cenário digital, uma vez que, mais do que nunca, este local tem sido o intermediário entre a informação e o público, de acordo com Corradi (2007):

Acrescenta Dias (2003), que a acessibilidade na web significa que qualquer pessoa, com qualquer tipo de tecnologia de navegação (gráficos, textuais, especiais para cegos ou para sistemas de computação móvel) seja capaz de interagir com qualquer site, e compreenda inteiramente as informações nele apresentadas. (CORRADI, 2007, p. 52)

Quando se fala em ambientes digitais e acessibilidade, logo vem à tona meios que viabilizem a aquisição da informação por parte do público surdo. Isso porque, “o crescimento da web, como importante fonte de informação requer como fator essencial, a acessibilidade digital como possibilidade de promoção equitativa de acesso e oportunidade para os usuários” (CORRADI, 2007, p. 54). Levando em consideração tal ponderação, é importante entender como o direito à acessibilidade digital se faz presente no Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD). De acordo com Rodrigues (2016), há diversas evidências nos artigos da lei que vinculam a acessibilidade no âmbito digital e a aquisição da informação:

O viés digital na acessibilidade é visto em várias situações no EPD, como por exemplo, no art. 3º, I, ao se falar em informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias; no art. 3º, IV, d, ao se referir às barreiras de comunicação e informação, inclusive por intermédio de sistema de comunicação e de tecnologia da informação; no art. 8º, ao se obrigar o Estado a garantir o acesso aos avanços tecnológicos, como também a efetivação dos direitos à educação, à profissionalização, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à informação e à comunicação; no art. 34, § 4º, ao se estabelecer o direito, com igualdade de oportunidades com os demais empregados, à participação e ao acesso a curso, treinamentos, educação continuada no âmbito trabalhista; no art. 42, ao se falar em direito à cultura e ao lazer; em todo o capítulo II, ao se falar em acesso à informação e à comunicação; no art. 78, parágrafo único, ao se estimular a adoção de soluções que visem a ampliar a acessibilidade da pessoa com deficiência à computação e aos sítios da Internet, e no art. 92, ao se criar o cadastro nacional de inclusão da pessoa com deficiência (cadastro-inclusão), registro público eletrônico (RODRIGUES, 2016, n.p).

Ainda falando sobre a temática, Torres, Mazzoni e Alves (2002) afirmam que tornar o conteúdo digital acessível, seja ele qual for, inclui fazer com que esse material não sofra prejuízos, ou seja, não seja modificado indiretamente por não ser apresentado de forma alcançável ao público que possui alguma deficiência.

A acessibilidade no espaço digital consiste em tornar disponível ao usuário, de forma autônoma, toda a informação que lhe for franqueável (informação para a qual o usuário tenha código de acesso ou, então, esteja liberada para todos os usuários), independentemente de suas características corporais, sem prejuízos quanto ao conteúdo da informação. Essa acessibilidade é obtida combinando-se a apresentação da informação de formas múltiplas, seja através de uma simples redundância, seja através de um sistema automático de transcrição de mídias, com o uso de ajudas técnicas (sistemas de leitura de tela, sistemas de reconhecimento da fala, simuladores de teclado etc.) que maximizam as habilidades dos usuários que possuem limitações associadas a deficiências (TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002, p.85).

Ao falarmos de acessibilidade no âmbito digital, é pertinente pensarmos em inclusão no âmbito do jornalismo audiovisual e de sua expansão para a Web. Tendo em mente a construção da notícia no telejornalismo, é compreensível que o público surdo não consiga usufruir plenamente do material produzido por TVs e WebTVs. Embora haja ferramentas de acessibilidade, grande parte do prejuízo causado aos surdos deve-se à falta de utilização desses instrumentos por parte de muitos programas de telejornalismo, assim como outros fatores que permeiam a relação do público surdo com o público ouvinte. Por essa razão, é necessário que se reavalie a aplicação dos recursos de acessibilidade. Mais do que apenas produzir conteúdos noticiosos, os profissionais da comunicação devem compreender que a sua responsabilidade envolve esforçar-se para que a criação e a transmissão desses conteúdos evidenciem o conceito de cidadania, bem como ocasionem a inserção, nesse caso, do público surdo nos diversos âmbitos sociais.

A TV Ines e a acessibilidade para surdos

Ao falarmos de acessibilidade para o público surdo, cabe mencionarmos o Instituto Nacional de Educação para Surdos e a extinta TV Ines. De acordo com a Carta de Serviço ao Usuário, disponibilizada pelo portal do Governo do Brasil, o Instituto Nacional de Educação para Surdos foi criado, no princípio, pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1957, tendo seu nome atual definido pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.

No ano de 2012, a União nomeou a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) com o objetivo de produzir programas bilíngues por meio da TV Ines. Nesse contexto, em 24 de abril de 2013, foi criada a web TV em Língua Brasileira de Sinais (Libras), que contava com legendas e locução em Língua Portuguesa. A iniciativa surgiu com a finalidade de integrar diferentes públicos, ampliando o acesso à informação e à inclusão comunicacional. De todo o modo,

sua grade de programação, de acordo com Silva (2018), podia ser fragmentada em quatro categorias: 1) tradução e acessibilidade; 2) materiais com temáticas referentes à cultura surda; 3) conteúdo de caráter educativo e pedagógico e 4) que transcende a grade bilíngue.

Entretanto, segundo informações divulgadas pelo site Librasol, em março de 2021, a TV Ines encerrou as suas atividades em virtude da falta de recursos financeiros, o que resultou na demissão de cerca de 30 profissionais. No âmbito da acessibilidade, a emissora destacava-se como pioneira, uma vez que as suas produções audiovisuais eram pensadas para atender, de forma integrada, tanto o público surdo quanto o ouvinte. Dessa forma, os conteúdos não se limitavam à simples tradução de uma língua para outra, mas para incluir as pessoas surdas na sociedade.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Para que esta pesquisa fosse efetuada de maneira a alcançar resultados mais precisos e relevantes, fez-se necessária a utilização de elementos norteadores ao longo de todo o trabalho. Nessa perspectiva, realizou-se uma abordagem de caráter qualitativo que, conforme Goldenberg (2004, p. 14), privilegia o “aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, entre outros aspectos”. Assim, a autora também discorre sobre as particularidades que a norteiam, buscando destacar as características próprias acerca dos procedimentos e fundamentos metodológicos que a estruturam.

Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. Contrapõem-se, assim, à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e da singularidade dos fenômenos que não podem ser identificados através de questionários padronizados (GOLDENBERG, 2004, p. 49)

Durante a fase de preparação da pesquisa, o principal objetivo foi recolher depoimentos de um grupo específico, isto é, pessoas surdas para compreender como ocorre o acesso às notícias nos programas de telejornalismo, bem como identificar os aspectos positivos e negativos dessa experiência. Além disso, buscou-se analisar o funcionamento dos processos de produção e de adaptação da notícia, à luz das contribuições teóricas de autores selecionados.

Ao detalhar um dos percursos adotados no âmbito da abordagem qualitativa, optou-se por entrevistar um grupo específico de pessoas surdas que, no cotidiano, têm ou procuram ter acesso às notícias de maneira acessível. A partir dessa etapa, buscou-se averiguar as facilidades e os empecilhos na aquisição da informação, bem como compreender o papel que ela desempenha no seu dia a dia e identificar possíveis melhorias que poderiam ocorrer nesse contexto.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro que articulava perguntas previamente elaboradas, mantendo-se, contudo, flexível para a inclusão de novos questionamentos de acordo com o decorrer das conversas. Paralelamente, foram coletados dados por meio da observação. Assim, ao longo do período de realização das entrevistas, as respostas dos participantes foram analisadas com base numa observação assistemática, isto é, orientada pelos objetivos da pesquisa, mas sem a adoção de um plano já estruturado.

CONTEXTO DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa, foram selecionadas um pequeno grupo de participantes dispostos a dialogar sobre a relação entre telejornalismo e acessibilidade, bem como sobre o telejornalismo enquanto instrumento do direito à informação e de promoção da cidadania. Nesse contexto, foram selecionadas cinco pessoas oriundas de dois espaços da cidade de Pelotas: três participantes da Escola Especial Professor Alfredo Dub, localizada na Rua Zola Amaro, nº 379, no bairro Três Vendas, e dois participantes do Instituto Ladd, localizado na Rua Barão de Santa Tecla, nº 521, no Centro.

Assim, a escolha dos participantes se deu a partir de indicações feitas pelas instituições de ensino, após entrarem em contato com pessoas surdas interessadas em partilhar as suas experiências. Assim, a participação deu-se de forma voluntária, respeitando a disponibilidade e a vontade de cada indivíduo em colaborar com a pesquisa, o que contribuiu para um diálogo mais aberto e para a coleta de relatos autênticos, alinhados com os objetivos do estudo.

Segundo informações provenientes da Escola Especial Professor Alfredo Dub, a instituição foi fundada em 27 de setembro de 1949 pela professora Maria de Lourdes Furtado de Magalhães. Trata-se de uma entidade filantrópica que atua na educação de pessoas surdas, em diferentes etapas do processo educativo.

Além disso, a escola oferece serviços de Estimulação Precoce da Linguagem, Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como desenvolve projetos complementares nas áreas de culinária, teatro, hora do conto, esporte e lazer. Ao final de 2024, a instituição contabilizava 58 alunos regularmente matriculados do pré-escolar ao 9.º ano e na EJA, 128 estudantes da rede municipal atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e 137 usuários em oficinas vinculadas à Assistência Social.

No que diz respeito ao Instituto Ladd, a instituição foi fundada em novembro de 2021 com a proposta de criar um espaço voltado à promoção do bem-estar da comunidade surda. Assim, as suas atividades incluem atendimentos psicológicos e psicopedagógicos, por meio da propagação da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Além disso, o Instituto presta apoio a pessoas surdas e aos seus familiares e, por meio de parcerias, oferecendo serviços bilíngues para crianças surdas no espectro autista, assim como ações de acessibilidade em municípios vizinhos, como a cidade de Morro Redondo.

No caso do Instituto Ladd, as entrevistas foram realizadas no dia 10 de abril de 2022, no período da tarde. Já as que foram conduzidas na Escola Especial Professor Alfredo Dub ocorreram no dia 3 de maio de 2022, igualmente durante a tarde. Em ambas as situações, foi feito contato prévio com as instituições, com o objetivo de viabilizar a comunicação com as pessoas surdas que frequentam esses espaços. Além disso, o mesmo conteúdo, bem como a série de informações e orientações foram apresentadas a todos os participantes, conforme será especificado a seguir.

No que diz respeito ao material utilizado nas entrevistas, foram selecionadas duas reportagens que tratavam do mesmo tema. A primeira, produzida pelo veículo G1, intitula-se *“Domingo histórico: Anvisa aprova uso emergencial das vacinas Coronavac e de Oxford”* e foi publicada no site oficial do portal em 17 de janeiro de 2021, com duração de 1 minuto e 47 segundos. Já a segunda reportagem é do veículo *Primeira Mão*, divulgada na página oficial da TV Ines no Facebook no dia 19 de janeiro de 2021, com duração de 3 minutos e 34 segundos. De todo o modo, o conteúdo produzido pela referida tv não apresentava um título específico, sendo acompanhado apenas de uma descrição sobre o tema acima da publicação.

Ambas as matérias abordavam o mesmo assunto: o início da vacinação contra a Covid-19 no Brasil. Com isso, a escolha desses materiais justificou-se pela relevância da temática no contexto social e conjuntura presente naquele período, marcado por intensos debates, além de ter uma grande procura por informação por parte da população.

Nesse cenário, a matéria do G1 foi exibida sem nenhum recurso de acessibilidade, nem mesmo o CC. O motivo da seleção desta reportagem foi entender qual a percepção ou medida de compreensão do surdo tendo como auxílio apenas as imagens e legendas inseridas na própria reportagem em dados momentos, como foi o caso dessa produção. Durante alguns segundos, frases curtas eram destacadas na tela, assim como palavras específicas realçadas com algum efeito. Por outro lado, a reportagem produzida pela TV Ines apresentava seu material utilizando a Língua Brasileira de Sinais, áudio em Língua Portuguesa e legenda, permitindo uma experiência informativa mais inclusiva para atender os diferentes públicos.

Tratando-se ainda das entrevistas, elas foram baseadas em um roteiro de perguntas, preparado com antecedência, apoiado em questões que a entrevistadora delineou para o estudo. Como o objetivo era entender qual a percepção do público surdo em relação às notícias produzidas e transmitidas pelos telejornais, elas foram

pensadas levando em consideração aspectos vinculados à produção e transmissão da notícia, incluindo indagações referentes às ferramentas de acessibilidade disponíveis e o entendimento adquirido após a visualização das matérias selecionadas para a entrevista. Assim, é válido ressaltar que, no decorrer das conversas, foram adicionadas inquirições a partir das respostas dos indivíduos escolhidos. A seguir, serão apresentadas as perguntas selecionadas previamente.

- Como você avalia os recursos de acessibilidade presentes nos meios de comunicação?
- Qual a importância da tradução para Libras e do closed caption na TV?
- Você já teve acesso ao conteúdo produzido pela TV Ines? Se sim, como você avalia a acessibilidade na TV Ines?
- Em relação à reportagem sobre o início da vacinação contra a covid-19 no Brasil do telejornal “Primeiro Mão”, que você assistiu, qual o tema da notícia?
- Tu consideras que o entendimento sobre o assunto abordado foi integral ou parcial?
- Como você avalia o uso dos recursos de acessibilidade na reportagem visualizada?
- Em relação às reportagens assistidas, você acha que teve mais entendimento da que tem recursos de acessibilidade?
- Com os recursos de acessibilidade houve ou não compreensão sobre o assunto?
- Como a acessibilidade deu suporte na sua compreensão sobre o assunto abordado?

De maneira individual, os participantes assistiram inicialmente à reportagem sem recursos de acessibilidade, correspondente à produção do G1. Em seguida, foi apresentada a reportagem da TV Ines, elaborada e veiculada a partir de uma perspectiva acessível. Após a apresentação dos materiais, os participantes responderam às questões previstas no roteiro anteriormente mencionado.

Assim, as entrevistas não necessitaram da mediação de um intérprete, uma vez que a própria entrevistadora detinha conhecimento da Língua Brasileira de Sinais. Ademais, todas as conversas foram gravadas em vídeo, mediante o consentimento dos envolvidos, e posteriormente arquivadas para fins de análise.

PERSPECTIVAS ANALÍTICAS

Neste tópico serão salientados os pormenores relacionados aos entrevistados, suas respostas e conclusões e, por fim, as análises feitas amparadas nessas informações. É essencial ressaltar que, durante as entrevistas, as perguntas pré-estabelecidas no roteiro de perguntas foram feitas de acordo com a estrutura da Língua Brasileira de Sinais.

Assim, a Língua Brasileira de Sinais, de acordo com Diniz (2010), é “uma língua de modalidade distinta do Português” (DINIZ, 2010, p.45). Isso significa, dentre muitos aspectos, que no processo de formação de palavras “utilizam-se itens lexicais que são morfemas livres que se justapõem ou se aglutinam para formarem um novo item lexical” (FELIPE, 2006, p. 207).

O contato inicial com os dois primeiros participantes se deu, como já salientado, no dia 10 de abril de 2022. Ambos frequentavam o mesmo instituto – Ladd. Por esse motivo, mesmo que as entrevistas tenham sido feitas separadamente, os dois estavam presentes antes do processo de conversação sobre o tema em questão. Nesse sentido, para introduzir as questões pertinentes à pesquisa, foi necessário conhecer um pouco da história de cada um dos envolvidos, o que resultou em uma conversa informal sobre aspectos cotidianos e informações pessoais.

Durante esse período de troca e partilha de experiência e novos olhares, foi possível capturar informações que colaboraram para a pesquisa, como vivências, pensamentos e sentimentos a respeito da comunidade surda e sua opinião sobre o cenário em que esta se encontra, frente às atitudes do público ouvinte.

No caso da participante 1, ao ser exposta à primeira reportagem, produzida pelo G1, foi possível identificar que ela reconheceu alguns elementos orientadores, mesmo sem o apoio do *closed caption* ou da presença de um intérprete. Durante a exibição, sinalizava palavras específicas que surgiam na tela, o que evidenciava uma compreensão parcial do conteúdo. Ainda assim, observou-se um certo grau de inquietação, motivado pela preocupação constante em captar e compreender, ao menos, o mínimo de informação disponível.

Na sequência, ao assistir à reportagem da TV Ines, percebeu-se uma mudança significativa no seu comportamento, demonstrando maior tranquilidade, uma vez que podia concentrar-se apenas em acompanhar e assimilar o conteúdo apresentado. Após a visualização de ambas as matérias, foram realizados os questionamentos previamente definidos.

Ao ser indagada, a participante 1 deixou clara a importância dos recursos de acessibilidade, porque, segundo ela, os surdos precisam entender do que as notícias falam, afirmando que são fundamentais para que as pessoas surdas consigam

compreender o seu conteúdo. Para apoiar o seu argumento, usou como exemplo a seguinte situação: se um surdo precisa ir ao hospital por causa de um imprevisto, ele precisa saber quais são as condições do lugar, se ele está disponível para atendimento, se está apto para receber um paciente, etc.

Além disso, destacou que a pessoa surda deve aprender, primeiramente, a sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e, posteriormente, a Língua Portuguesa, sendo importantes na sua vivência social. Nesse sentido, reforçou a necessidade da utilização conjunta dos recursos de acessibilidade — *closed caption* (legenda) e tradução, uma vez que ambos contribuem significativamente para uma compreensão mais completa do conteúdo informativo.

No momento em que foram feitas perguntas sobre as reportagens, a participante 1 declarou que a produção da TV Ines ocasionou um melhor entendimento sobre a questão, pois continha os dois recursos de acessibilidade. Além disso, também afirmou que, logo de início, já era perceptível o tema da reportagem em questão.

No que diz respeito à reportagem do G1, declarou ficar um pouco confusa e não entender plenamente o que estava sendo transmitido. Embora tenha compreendido o tema –vacinação–, não conseguiu assimilar os detalhes e outras informações de maneira completa. Ao finalizar, reforçou a distinção entre as duas reportagens. Enquanto uma (G1) ocasionou imprecisão, outra (TV Ines) apresentou o conteúdo de forma clara, viabilizando melhor o entendimento.

Já a participante 2, ao falar sobre a essencialidade dos recursos de acessibilidade, destacou os obstáculos que se erguem quando um surdo tenta adquirir uma informação, como a falta da legenda na maioria das produções televisivas. Nesse sentido, ela argumenta que, em algumas ocasiões, é disponibilizada a legenda, mas que ainda assim, isso não é suficiente. Por essa razão, é necessário que ela seja aplicada em toda a programação.

Além disso, afirma a importância da união dos dois recursos nas produções, propiciando aos surdos sentimento de prazer e contentamento. Assim, atentou para a superioridade da tradução, por se tratar da língua dos surdos. Nesse sentido, também enfatizou que, embora a legenda seja importante e auxilie na aquisição da informação, nem todos os surdos são iguais, pois o entendimento proveniente dela pode ser claro para uns, contudo ocasionar incertezas para outros. Por esse motivo, a Libras se estabelece como o principal meio de compreensão do conteúdo noticioso para os surdos.

Em relação às reportagens assistidas, a participante 2 afirmou conhecer as produções da TV Ines e avaliou seus recursos de acessibilidade e sua produção como um todo como “10” e “perfeito”. O motivo de tal definição é a composição

da reportagem: havia a tradutora em primeiro plano, imagens em outra localização da tela, a fim de dar suporte à reportagem, e legenda, bem como a união visual de todos esses elementos, o que inclui a velocidade da sinalização. Nesse aspecto, a construção da produção também viabilizou melhor o entendimento no que diz respeito à compreensão integral de cada componente.

Nesse sentido, a forma como a produção foi construída possibilitou uma compreensão mais clara do conteúdo apresentado. Tal percepção confirma a eficácia da reportagem, uma vez que a participante conseguiu mencionar com precisão os detalhes divulgados, como os tipos de vacinas que seriam distribuídas, bem como os locais, as formas e os critérios de distribuição.

No caso da reportagem do G1, a participante 2 declarou que, durante toda a reprodução do vídeo, não visualizou nenhum recurso de acessibilidade, e sim apenas ouvintes falando, além da presença de uma sequência de imagens. Assim, deixou claro que não tinha como entender o que foi transmitido porque não havia legenda, muito menos intérprete.

Referindo-se à necessidade das ferramentas de acessibilidade no processo de obtenção das notícias, a participante 2 argumentou que existem muitas informações falsas e, por isso, é fundamental ter cuidado com qualquer conteúdo que está sendo exposto. Além disso, é muito importante que os surdos tenham acesso às notícias verdadeiras. Nesse sentido, ela também salienta que, junto à pandemia, outros temas de relevância precisam ser debatidos e estar disponíveis, por meio das notícias, às pessoas surdas, como as questões ligadas à segurança, assegurando assim, o direito à informação para a comunidade surda de forma ampla e contínua.

O participante 3 fazia parte a Escola Especial Professor Alfredo Dub. No dia da entrevista, ele e as outras duas participantes, também integrantes da instituição, estavam juntos antes do processo de conversação sobre o tema proposto. Assim como no caso das participantes 1 e 2, foi estabelecido um contato mais espontâneo antes do início das entrevistas, contribuindo para um ambiente mais descontraído e aberto ao diálogo.

No começo, o participante 3 fez significativa distinção entre as duas reportagens mostradas. Nesse sentido, também afirmou não entender nada sobre o conteúdo noticioso produzido pela G, e sim apenas ver pessoas falando, sem maior compreensão dos fatos. Durante sua explicação, sinalizou um “x” para definir a reportagem sem os recursos de acessibilidade e utilizou o sinal de “perfeito” ao se referir à produção da TV Ines. Ainda assim, declarou que a produção acessível continha tradução, legenda e imagens, contribuindo para um melhor entendimento.

Além disso, destacou que a legenda é um meio importante, pois, mesmo que nem todas as pessoas surdas possuam domínio pleno da Língua Portuguesa, ela possibilita a distinção de locais e ações a partir das palavras exibidas na tela. Com isso, outro aspecto significativo da sua fala foi o comentário sobre a importância de os surdos entenderem os conteúdos relacionados à temática da pandemia, incluindo os acontecimentos presentes, bem como as diferentes etapas desse período, de modo a garantir maior clareza e entendimento sobre o tema.

Além disso, o participante relatou já conhecer a TV Ines e avaliá-la de forma bastante positiva, sobretudo por considerar que as produções da emissora dialogam diretamente com a comunidade surda, por serem pensadas de maneira acessível, pois entendia plenamente o que estava sendo transmitido. Segundo ele, assistir a uma reportagem acessível proporciona uma sensação de conforto e segurança, uma vez que permite compreender plenamente o conteúdo transmitido, ao contrário de materiais que não oferecem recursos de acessibilidade e que, por conseguinte, lhe despertavam sentimentos de angústia e frustração.

A participante 4 iniciou seu depoimento falando sobre a falta de legenda e tradução na reportagem do G1, o que gerou total falta de compreensão sobre os detalhes relacionados ao conteúdo. Assim, utilizou o sinal de “pior” para se referir à produção jornalística. Além disso, também declarou que, a fim de que o surdo possa entender os vários níveis de uma notícia, ou seja, todas as informações contidas nela, de forma detalhada, é necessário que haja um respaldo significativo de tradução, ou seja, muitos sinais.

Por isso, afirmou que a reportagem da TV Ines proporcionou um claro entendimento sobre o assunto abordado na produção. Também declarou encontrar dificuldades na acessibilidade porque existem muitas notícias de temas variados, como política, economia, saúde e educação, e o surdo não entende o que elas querem dizer, além de considerarem difícil compreender a legenda, já que as palavras pesam no sentido de não conseguirem se conectar.

Por essa razão, ela afirma que a janela de Libras é o melhor recurso de acessibilidade a fim de obter real esclarecimento sobre o conteúdo que está sendo exposto. Em conformidade com esse pensamento, Silva (2018) atenta para a sua importância e, em especial, para a propagação da cultura.

É preciso entender e respeitar que a língua da comunidade surda no Brasil é a Língua Brasileira de Sinais e, portanto, a legenda em Português não dá conta de transmitir as mensagens repassadas pela televisão brasileira. Além disso, é preciso refletir que uma cultura se propaga na e através de sua língua e para que um meio de comunicação informe e proporcione momentos de lazer aos diversos públicos, ele precisa considerar tais fatores (SILVA, 2018, p. 14)

Por último, a participante 5 declarou que, comparando as duas reportagens, a primeira (G1) não possuía nenhuma legenda e foi transmitida em alta velocidade, ou seja, as imagens e palavras que apareciam no decorrer da produção mudavam com muita rapidez, o que gerou confusão no processo de aquisição da informação.

Além disso, também afirmou que o problema estava ligado ao tamanho das imagens ou descrições, o que afetava diretamente a visão na hora de visualizar os elementos. Com isso, essas características prejudicaram o entendimento dos fatos, ocasionando questionamentos como: Qual o nome da doença? O que se deve ou não fazer? Nesse contexto, relatou ainda que não conseguia compreender o conteúdo divulgado, identificando apenas que repórteres e entrevistados utilizavam máscaras, o que dificultava significativamente a leitura labial.

Ao abordar a temática da notícia — a vacinação —, a participante destacou que, durante o período da pandemia, as informações passaram a ser transmitidas de forma cada vez mais acelerada, com o surgimento diário de novas notícias. Esse ritmo intenso provocou incertezas no público surdo, como dúvidas relacionadas aos sintomas, ao número de óbitos e às faixas etárias contempladas em cada etapa. Assim, segundo ela, a falta de acesso às informações mais recentes agravava esse cenário, uma vez que a demora em repassar as informações mais novas prejudicaria a qualidade e a atualização das demais que chegavam às pessoas surdas.

Por outro lado, ao referir-se à reportagem produzida e transmitida pela TV Ines, a participante avaliou-a de forma positiva, alegando ser “boa”, sobretudo pela presença da legenda e da janela de Libras. Contudo, também apontou aspectos que poderiam ser aprimorados, como a velocidade da sinalização. Segundo ela, as pessoas surdas apresentam diferentes níveis de compreensão, os quais influenciam diretamente a capacidade de acompanhar a comunicação em Libras, afetando como eles compreendem as notícias.

Ainda no que diz respeito aos recursos de acessibilidade, a participante 5 expressou sua opinião acerca da relevância da utilização conjunta das duas ferramentas disponíveis: *closed caption* e janela de Libras. De acordo com o seu relato, ambas são essenciais, uma vez que a pessoa surda pode ter preferência por um desses recursos ou dominar apenas um deles. Essa perspectiva vai ao encontro do que aponta Silva (2018), ao afirmar que muitas das ferramentas criadas para facilitar o acesso à informação não conseguem, isoladamente, contemplar todos os obstáculos presentes nas diferentes e singulares experiências vividas pelo indivíduo surdo.

Apesar de servir como recurso de acessibilidade, tal ferramenta desconsidera surdos que não são alfabetizados na Língua Portuguesa e, portanto, não é considerada a melhor estratégia para fazer com que a comunidade surda receba a mensagem de forma completa (SILVA, 2018, p.14).

Na sequência, a participante atentou para as cores utilizadas nas legendas, as quais, em muitos casos, acabam interferindo na compreensão visual. Além disso, destacou a relevância tanto do tamanho da janela de Libras quanto da velocidade de exibição das legendas. Para ilustrar essa questão, mencionou que uma pessoa de 60 anos, por exemplo, pode não conseguir absorver as informações quando ela é muito pequena e se a legenda estiver passando muito rápido.

Por fim, a participante 5 ressaltou outro fator que influencia significativamente o entendimento das pessoas surdas em relação às notícias produzidas pela TV Ines: a velocidade na realização de determinados sinais. Segundo ela, muitos surdos não conseguem compreender sinais com demasiada agilidade. A participante acrescentou ainda que, com frequência, precisa analisar algumas notícias — mesmo aquelas produzidas especificamente para o público surdo — e traduzi-las de maneira mais pausada para alguns amigos, a fim de facilitar a compreensão.

Também é válido salientar que, durante as conversas que ocorriam antes da entrevista, alguns participantes salientaram elementos de suma importância, os quais interferem na assimilação do conteúdo exposto, dentre eles: aspectos relacionados às configurações das mãos, e expressões faciais. Em relação aos sinais, o que muito influencia o entendimento da pessoa surda é a maneira como determinado sinal é feito. Se o intérprete escolhido para traduzir uma notícia não o fizer da forma mais nítida possível, o surdo pode perder informações durante o processo de aquisição.

Além disso, no caso das expressões faciais, uma notícia pode ser compreendida, em parte, pela feição da pessoa que está traduzindo. Se um intérprete está falando sobre uma que ocasionará alívio ou contentamento — como o início da vacinação —, isso deve ficar claro em suas expressões faciais. Por essa razão, é fundamental que uma informação seja transmitida sem que haja perda, o que inclui efetuar os sinais e então uni-los às expressões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância da acessibilidade no processo de acesso à informação. Conforme já mencionado, trata-se de um instrumento fundamental que contribui para a eliminação de barreiras comunicacionais, bem como para a inserção na sociedade. Nesse contexto, recursos como o *closed caption* e a janela de Libras tornam-se fundamentais, pois garantem que o conteúdo produzido e divulgado pelos programas de telejornalismo seja acessível ao público surdo, favorecendo diretamente o exercício pleno da cidadania.

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo problematizar como as pessoas surdas percebem a presença da tradução para a Língua Brasileira de Sinais nos

telejornais contemporâneos, bem como no *Primeira Mão*, telejornal acessível produzido pela extinta TV Ines.

Nesse contexto, a televisão assume um papel significativo na formação dos sujeitos que integram a sociedade, pois é imprescindível que todos possam ter acesso às notícias produzidas pelos meios televisivos. Entretanto, para que isso ocorra, faz-se necessário considerar, entre os diversos públicos, o público surdo, e em especial, como ele participa desse processo. Por isso, ao longo desta pesquisa, refletiu-se sobre a presença da acessibilidade nos meios televisivos por meio de recursos como o *closed caption* e a janela de Libras.

Contudo, compreende-se que a aplicação desses recursos nem sempre foi realizada de maneira efetiva, o que limita o acesso contínuo dos telespectadores surdos a programações acessíveis durante o seu tempo disponível. Diante desse cenário, é perceptível a importância de compreender como as pessoas surdas têm conseguido ou, pelo menos, tentado acessar as informações produzidas e divulgadas pelos programas de telejornalismo. Com esse objetivo, optou-se por entrevistar indivíduos surdos que falassem a respeito de suas experiências no acesso e obtenção do conteúdo noticioso.

As conversas informais possibilitaram uma compreensão mais aprofundada das experiências vivenciadas por um grupo que enfrenta limitações no acesso aos conteúdos produzidos pelos meios televisivos. Por outro lado, as oficiais proporcionaram conhecimentos significativos em relação a determinados aspectos que, geralmente, passam despercebidos pelo público ouvinte. Este, por vezes, acredita que os recursos de acessibilidade disponíveis já são suficientes para garantir o amparo necessário no processo de obtenção da informação por parte das pessoas surdas.

A partir dos dados adquiridos ao longo desta pesquisa, bem como nos depoimentos individuais de cada pessoa surda, foi possível assimilar elementos que vão além das ferramentas básicas de acessibilidade e de sua aplicação atual, pois há muitos pormenores que permeiam a produção e transmissão acessível.

Como ponto de partida, pode-se citar aspectos relacionados à produção e seu público alvo. Assim, os programas de telejornalismo atuais são pensados e produzidos para ouvintes, o que influencia diretamente todo o material elaborado pelos veículos televisivos. Tal característica se destaca na seleção das pautas, além da forma com a qual são constituídos os temas e direcionamentos, além da produção que diz respeito ao áudio e vídeo.

Complementando essa ideia, os recursos de acessibilidade, embora disponibilizem certa medida de entendimento, não são utilizados da forma mais adequada. Um exemplo presente, conforme destacado pelos participantes da pesquisa, refere-se à

velocidade das legendas e da sinalização, a aparência, bem como o posicionamento e a proporção da janela de Libras. Para mais, a forma como o próprio intérprete realiza as traduções no decorrer de uma transmissão também é considerado um obstáculo no processo de aquisição da informação, interferindo assim no conteúdo ao qual o público surdo terá acesso.

Embora ainda haja muitos obstáculos no processo de produção de informação acessível, é perceptível o avanço, dentro do contexto jornalístico, em relação ao tema, pois muitos eventos produzidos por organizações ligadas a área destacam a efetivação dos recursos de acessibilidade, levando em consideração a essencialidade deles para o público surdo.

Além disso, é possível identificar aplicações mais adequadas dessas ferramentas, como a presença de intérpretes posicionados de forma visível e igualmente proporcional na tela, em vez de espaços pequenos com pouca visibilidade, possibilitando assim, à pessoa surda, uma melhor compreensão do conteúdo.

Portanto, é indispensável que se dê continuidade às produções pensadas e desenvolvidas para surdos, pois da mesma forma que um ouvinte se identifica com os programas de telejornalismo que são arquitetados e transmitidos de acordo com suas necessidades, as pessoas surdas precisam de mais programações televisivas que destaquem sua realidade e atendam suas exigências.

Em suma, levando em consideração a crescente e contínua demanda por informações diárias na sociedade contemporânea, faz-se imprescindível que os indivíduos surdos disponham de um respaldo permanente e eficaz no acesso a conteúdos informativos acessíveis e inclusivos. Tal suporte é fundamental não apenas para garantir a sua constante atualização diante dos acontecimentos sociais, políticos e culturais, mas também para promover a autonomia informacional, o exercício pleno da cidadania e a plena participação social no que concerne às condições de equidade como as demais pessoas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NORMA BRASILEIRA ABNT NBR 15290 = Acessibilidade em comunicação na televisão**. CREA-SC. Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2015290.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 22 de fev. 2024.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 de fev. 2024.

CORRADI, J. A. M. **Ambientes informacionais digitais e usuários surdos**: questões de acessibilidade. 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/8ee9d297-2d8b-4f2c-b5be-f9b62fe78fd8>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

DINIZ, H. G. et al. **A história da língua de sinais brasileira (libras)**: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais. , [S.l.], 2010.

EMERIM, C. O conceito de telejornalismo contemporâneo à luz da tradição e inovação. In: EMERIM, C.; PEREIRA, A., COUTINHO, I. (Orgs.). **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. 1 Edição - Florianópolis, SC: Editora Insular, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Yt0GEAAAQBAJ&lpg=PA4&ots=oDTkgYbFcV&dq=produzido%20para%20as%20telas%20de%20vis%C3%A3o%2C%20de%20diferentes%20suportes&hl=pt-BR&pg=PA102#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

FELIPE, T. A. Os processos de formação de palavra na Libras. **ETD-Educação Temática Digital**, [S.l.], v.7, n.2, p. 200–217, 2006.

G1.**Domingo histórico**: Anvisa aprova uso emergencial das vacinas Coronavac e de Oxford”. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/video/domingo-historico-anvisa-aprova-uso-emergencial-das-vacinas-coronavac-e-de-oxford-9186190.ghtml?fbclid=IwAR1nP8BajuJR7rbpwjt3-HjiYIFFXZv2x9J3-LSiD3tGqXgMOt3Vm14uE7w>. Acesso em 20 de junho de 2021.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. [S.l.]: Editora Record, 2004.

GOMES, E. F.; FICAGNA, R. G. **ACESSIBILIDADE COMO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CONTEXTO ESCOLAR**. , [S.l.], 2017.

IBGE. **Educa IBGE**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

INES. **INES - Competências**. Governo Federal. Disponível em: <<https://www.ines.gov.br/competencias>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LAQUALE, A. **A pessoa com deficiência e o direito à acessibilidade**. [S.l.]: JusBrasil. Recuperado em, 2017.

LIBRASOL. **O fim da TV INES durante o governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.librasol.com.br/o-fim-da-tv-ines-durante-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

RODRIGUES, C. A. O. **Acessibilidade digital da pessoa com deficiência**. [S.l.]: JusBrasil. Recuperado em, 2016.

RUBIRA, J. P.; NEGRINI, M. DESCREVENDO IMAGENS: UM ESTUDO SOBRE A AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO. **TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA (ISSN: 2358-212X)**, [S.l.], v.9, n.2, 2020.

SANTOS, A. P. A.; CARLI, B.; CANO, P. F. A acessibilidade da informação para deficientes visuais e auditivos. **Anagrama**, [S.l.], v.4, n.4, p.1–9, 2011.

SANTOS, I. A. ; **LIMA, L. S.** . TV INES: comunicação inclusiva para a cultura surda no ciberespaço. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2016, Caruaru - PE. **Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 2016.

SILVA, E. V. d. et al. A LINGUAGEM DE SINAIS NA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO EM SALA DE AULA PARA ALUNOS COM SURDEZ. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S.l.], 2018.

SILVA, Y. L. d. **TV INES: o protagonismo surdo na produção de conteúdo audiovisual que promove informação, cultura e língua**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) — Universidade Federal de Pelotas.

TV INES. **Vacina Covid**. Disponível em: <https://www.facebook.com/tvines.official/videos/2833478350226424>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. d. M. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, [S.l.], v.31, n.3, p.83–91, 2002.